


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Sorbone, 375
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012964-93.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

RELATÓRIO

PAULO DOS SANTOS NETTO opõe embargos à execução que lhe move o **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS** aduzindo que (a) o valor de R\$ 10.772,17 foi bloqueado em conta salário de sua titularidade e deve ser desbloqueado; (b) que desconhece o processo administrativo mencionado nas CDA e por isso seu direito de defesa foi tolhido. Juntou documentos (fls. 12/17).

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo (fls.25).

Em impugnação a embargada refutou os argumentos.

Instado, o embargante, a apresentar documentos qu comprovasse seu saldo em 1º de junho de 2011, quedou-se inerte.

As partes não especificaram provas (fls. 39).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 17 parágrafo único da LEF, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas e as partes, apesar de intimadas, nada requereram.

1- Penhora de Ativos Financeiros

Os R\$ 10.772,17, conforme fls. 17 dos autos principais, são originários de conta de titularidade do executado no Banco Bradesco.

Não é nesse banco que o executado recebe seu salário, e sim no Banco do Brasil, conforme fls. 12/14 dos autos dos embargos.

Assim, os fatos narrados na inicial não são verdadeiros.

O embargante não comprovou a sua alegação, no sentido de que a verba constrita teria origem no salário.

Não tendo se desincumbido dos fatos constitutivos de seu direito, impõe-se a rejeição desse argumento.

2- – Processo administrativo

A Lei nº 6.830/80 não exige que a execução fiscal seja instruída com cópia do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

processo administrativo que ensejou o crédito fiscal. Ao contrário, o art. 6º estatui que incumbe ao exequente apenas indicar o juiz a quem dirige a petição inicial (I), formular o pedido (II), e requerer a citação (III), devendo instruir a petição unicamente com a CDA (§ 1º), e nada mais.

Assim é porque a CDA goza de presunção de certeza e liquidez (art. 3º, caput, Lei nº 6.830/1980), e, sob a ótica do ônus probatório, é à executada, e não à exequente, que incumbe ilidir a referida presunção (parágrafo único do mesmo dispositivo).

Nesse sentido, considerando que o art. 41 da Lei nº 6.830/1980 assegura ao interessado o direito de se dirigir à repartição competente e obter, ele próprio, cópia do procedimento administrativo, não se vislumbra qualquer fundamento em pleitear, em sede de embargos, que o juízo exija a apresentação da cópia pela parte contrária.

Se a executada pretendia analisar o procedimento administrativo para impugnar eventuais vícios formais ou materiais deste, deveria tê-lo obtido extrajudicialmente, para a preparação destes embargos.

Por fim, a cópia do processo administrativo não é imprescindível nestes embargos porque as questões trazidas (limites do julgamento, arts. 128 e 460, CPC) podem ser conhecidas e julgadas sem tal documento.

Assim, afasta-se tal argumento.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS e condeno o embargante ao pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00 nos termos do artigo 20, § 4º do Código de Processo Civil.

Prossiga-se na execução.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA